



## NOTA DE IMPRENSA

### Justiça mais próxima das comunidades locais

**Santo António**- O acesso à justiça é um direito humano reconhecido pelo direito internacional e interno, que contribui para a consolidação de um Estado de direito. A Constituição da República de São Tomé e Príncipe reconhece no seu artigo 20º que a ninguém será negado o acesso à justiça sob o pretexto de insuficiência económica.

O Sistema de Justiça em São Tomé e Príncipe ainda apresenta algumas lacunas ligadas à fragilidade das suas instituições que comprometem o seu pleno funcionamento e a sua credibilidade, não sendo acessível a uma grande parte da população. Por outro lado, a fraca capacidade financeira que deixa uma grande parte da população sem acesso a um advogado, a um serviço de qualidade e a informação credível, inibe-a de procurar uma solução aos seus problemas jurídicos.

Assim, a Descentralização da Consulta Jurídica - “Justiça mais próxima” aparece como uma iniciativa fundamental, indispensável e necessária que juntará magistrados, advogados, polícia, sociedade civil, no acesso à justiça, para as comunidades mais remotas.

O arranque oficial acontece hoje, 28 de junho, na cidade de Santo António, e irá percorrer a Roça Sandy e Porto Real. Após o início na RAP a actividade será realizada quinzenalmente e irá percorrer todos os distritos de São Tomé.

O aconselhamento jurídico gratuito à população das comunidades mais remotas alinha-se, assim, com outros resultados do projeto Projecto de Modernização do Sistema de Justiça MSJ que prevê que “os direitos humanos, e em particular o direito de acesso à justiça e a um julgamento justo e equitativo, são melhorados, especialmente para as

mulheres e os jovens, que têm um melhor conhecimento dos seus direitos e dos mecanismos para a sua proteção” e contribuirá para a concretização dos ODS 5 e 16 da Agenda 2030.

Com a Descentralização da Consulta Jurídica - “Justiça mais próxima” pretende-se contribuir de um modo geral para a consolidação do Estado de Direito garantindo o acesso à justiça a todos os cidadãos, particularmente aos que vivem nas comunidades mais distantes e, por outro lado, permitir-lhes ter um conhecimento abrangente dos seus direitos, para além de:



• Restaurar a  
sistema de  
através da



confiança do cidadão local no  
justiça santomense,  
intervenção temporária da



justiça;

- Criar uma maior proximidade entre os cidadãos das comunidades e os atores principais da justiça;
- Promover o trabalho em rede entre os diferentes agentes e sociedade civil no acesso à justiça;
- Levar informação à população sobre os seus direitos fundamentais, para que estejam em condições de reivindicar junto às instituições competentes;
- Esclarecer dúvidas e inquietações dos cidadãos nos temas afetos à justiça.

Este processo será liderado pelo Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJ APDH), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ( PNUD) e das autoridades distritais e regionais, e terá a colaboração do Ministério Público ( MP), da Ordem dos Advogados ( OASTP) e das Organizações da Sociedade Civil ( OSC) que irão, respetivamente, atender, aconselhar e sensibilizar a população. É deste modo que o PMSJ pretende, através desta iniciativa, responder aos problemas jurídicos dos cidadãos de São Tomé e Príncipe que requerem intervenção da justiça.

## O Projecto

O Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe ( doravante MJ APDH) encontra-se a implementar, em parceria e com o apoio do escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ( PNUD) no país, o Projeto de Modernização do Sistema de Justiça ( PMSJ) .

O PMSJ pretende conduzir a uma profunda transformação na implementação do Estado de Direito, a fim de responder eficazmente às necessidades de todos os cidadãos, em particular dos mais vulneráveis, mulheres e jovens.

O objetivo geral do PMSJ é contribuir para a prestação gradual de aconselhamento estratégico e técnico e apoio programático para o reforço da aplicação efetiva e eficiente da lei, da justiça e dos sistemas penitenciários, a fim de proporcionar uma aplicação mais transparente da lei e uma justiça equitativa e justa.

#####

*Para mais informações e entrevistas, contactar:*



PNUD:



Eclena Barros -



[edlena.barros@undp.org](mailto:edlena.barros@undp.org)

MJAPDH: Idalina Martinho - [dinamartinho2@hotmail.com](mailto:dinamartinho2@hotmail.com)

### **SOBRE O PNUD:**

*O PNUD é a principal agência das Nações Unidas a trabalhar na luta contra a injustiça da pobreza, as desigualdades e as alterações climáticas. Com uma ampla rede de especialistas e parceiros em 170 países, ajudamos as nações a construir soluções integradas e duradouras para as pessoas e o mundo.*